MULHERES PESCADORAS PROFISSIONAIS ARTESANAIS NO PANTANAL: INVISIBILIDADE DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA CLIMÁTICA NA GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL

Autor(res)

Heitor Queiroz De Medeiros
Cely Regina França Dos Santos Queiroz De Medeiros

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

MOVIMENTO PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA - MJC

Introdução

A pesca profissional artesanal constitui atividade estratégica para a segurança alimentar, a economia regional e a manutenção sociocultural de comunidades tradicionais no Brasil. No Pantanal, essa prática articula-se profundamente à dinâmica ecológica do bioma e aos conhecimentos tradicionais das populações ribeirinhas.
Embora as mulheres participem historicamente da cadeia produtiva da pesca artesanal, atuando na captura, beneficiamento e na comercialização do pescado, sua contribuição permanece frequentemente invisibilizada nas estatísticas oficiais, nos marcos regulatórios e nas políticas públicas. Essa invisibilidade institucional produz impactos diretos sobre o acesso a direitos sociais e previdenciários, restringe a participação feminina nos processos decisórios relacionados à gestão dos recursos naturais. Esse cenário é agravado por políticas ambientais que privilegiam à pesca desportiva, turismo, desconsiderando os conhecimentos ecológicos tradicionais das comunidades locais.

Objetivo

Analisar a situação das mulheres pescadoras profissionais artesanais no Pantanal de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, articulando as categorias analíticas de gênero, direitos humanos e justiça climática, com o propósito de evidenciar os efeitos da invisibilização institucional sobre o reconhecimento de direitos e sobre a sustentabilidade socioambiental das comunidades pesqueiras.

Material e Métodos

A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, orientada por revisão bibliográfica especializada e análise documental de legislações, relatórios institucionais e políticas públicas relacionadas à pesca artesanal e à gestão ambiental no Pantanal.
O referencial teórico dialoga com os estudos de direitos humanos, com a literatura sobre justiça climática e com perspectivas decoloniais de produção do conhecimento. Essa abordagem possibilita analisar criticamente as estruturas de poder que produzem a invisibilização das mulheres pescadoras, reconhecendo simultaneamente os saberes tradicionais como dimensões centrais para a conservação socioambiental do bioma.



Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as mulheres pescadoras artesanais no Pantanal enfrentam processos estruturais de invisibilização que limitam o reconhecimento institucional de seu trabalho. Apesar de desempenharem funções fundamentais na cadeia produtiva da pesca, muitas não são registradas formalmente como pescadoras profissionais, o que restringe o acesso a direitos sociais e a políticas públicas específicas.

Adicionalmente, observa-se que os processos de formulação de políticas de gestão pesqueira nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ocorrem, em grande medida, sem a participação efetiva dessas mulheres. A priorização da pesca desportiva e turística tem produzido impactos socioeconômicos relevantes sobre comunidades pesqueiras tradicionais, afetando de forma particular a autonomia econômica feminina.

Conclusão

A invisibilização das mulheres pescadoras artesanais no Pantanal revela a necessidade de reorientação das políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro, incorporando explicitamente o recorte de gênero e reconhecendo os saberes tradicionais como elementos fundamentais para a sustentabilidade ambiental.

A participação dessas mulheres nos processos decisórios constitui condição indispensável para a promoção da justiça climática, da equidade de gênero e governança socioambiental no Pantanal.

Referências

BARROS, S.; MEDEIROS, A.; GOMES, E. B. Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

CATELLA, A. C. A pesca no Pantanal Sul: situação atual e perspectivas. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003.

CHIARAVALLOTI, R.; CATELLA, A.; SIQUEIRA, A. Pesca profissional artesanal no Pantanal Sul: histórico, manejo dos recursos e recomendações para a sustentabilidade. Biodiversidade Brasileira, v. 12, n. 2, 2022.

DAMAZIO, E. P. Colonialidade e decolonialidade da antropologia jurídica. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SILVA, C. J.. Povos e comunidades tradicionais e locais no pantanal. In: SILVA, C. J.; GUARIM NETO, G.. Comunidades tradicionais do pantanal. Cuiabá: Entrelinhas; Cáceres: UNEMAT, 2020. p.21-37.